



Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Política de educação.

AS CRISES E O CAPITAL: REFLEXOS DAS CONTRARREFORMAS DO ESTADO PARA A CLASSE TRABALHADORA

“Não se preocupe comigo, mas com a época que devora caminhos e destinos com tanta pressa”. (Marcelo Yuka)

ALANE KARINE DANTAS PEREIRA¹

Resumo: Pesquisa bibliográfica consistente na análise das contrarreformas que vem sendo implementadas no Serviço Público Federal na atualidade. O trabalho analisa o cenário de crises capitalistas e seus desdobramentos no mundo do trabalho e para as políticas sociais. Os dados revelam tendências regressivas nas políticas sociais, como por exemplo, o congelamento por 20 anos nas políticas de saúde e educação; reestruturação na rede de educação básica e tecnológica; incentivo a programas de demissão voluntária; assédio moral no trabalho; intensificação nas jornadas de trabalho; extinção de cargos do funcionalismo público, dentre outros ataques.

Palavras-chave: contrarreformas; políticas sociais; Serviço Público Federal.

Abstract: Bibliographical research consisting of the analysis of the counter-reforms that have been implemented in the Federal Public Service at the present time. The paper analyzes the scenario of capitalist crises and their unfolding in the world of work and social policies. The data reveal regressive trends in social policies, such as the 20-year freeze on health and education policies; restructuring in the basic and technological education network; encouraging voluntary dismissal programs; bullying at work; intensification in working hours; extinction of positions of the civil service, among other attacks.

Keywords: counter-reforms; social policies; Federal Public Service.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui um desdobramento da tese apresentada no 32º Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (32º CONSINASEFE), realizado em Abril de 2018, no eixo de conjuntura. Além de resultar de outros estudos realizados na área de fundo público e políticas sociais, como a dissertação de

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pernambuco. E-mail: <alanekdantas@gmail.com>

mestrado defendida em 2013 pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS/UFRN).

Analisar a conjuntura é uma tarefa elementar para compreender as mudanças em curso e traçar estratégias para as lutas da nossa categoria. Somente a compreensão sobre o modo de produção e reprodução do capitalismo nos possibilita entender o cenário atual. Nessa perspectiva, desdobram-se os seguintes questionamentos: Qual o contexto político, econômico e social que possibilitou a retirada de uma série de direitos da classe trabalhadora? Quais os impactos desses ataques para o Serviço Público Federal? Quais os caminhos que devemos trilhar diante desse contexto? Quais as estratégias de luta que devemos travar contra a retirada dos nossos direitos? a partir desses questionamentos traçamos alguns apontamentos que nos permitem refletir sobre a atual conjuntura e demarcar nossa posição enquanto classe trabalhadora, diretamente atingida.

II. Capitalismo e crise: Pressupostos para entender o processo de contrarreforma do Estado

Sendo o capitalismo um modo de produção que se reproduz na totalidade da vida material, ele não se apresenta como um “modelo” estável, adaptável da mesma maneira em qualquer período histórico, ele se modifica em consonância com a necessidade da valorização da propriedade privada, obtida pela extração da mais-valia.

Esse modo de produção é também permeado por crises, pois à medida que se esforça, ao máximo, para reduzir trabalho vivo e incorporar trabalho morto, na tentativa de se apropriar do excedente econômico, provoca desemprego, o que, por sua vez, ocasiona estoque de mercadorias e crises de superprodução. As crises no capitalismo constituem um entrave entre a acumulação e a expansão, de maneira que rotas de saída para esse processo se materializam na retirada de direitos da classe trabalhadora; nos processos de privatizações dos Serviços Sociais públicos; na financeirização, cada vez mais acentuada, da economia; na redução do funcionalismo público; nas

contrarreformas implementadas pelo Estado para as políticas sociais; nas medidas de ajuste fiscal; e nas mais diversas formas de precarização do trabalho. Ao passo que a crise capitalista acentua a polarização social, condena milhões de pessoas ao desemprego e à angústia cotidiana em relação à subsistência.

Sabemos que as crises fazem parte da natureza do modo de produção capitalista, Marx (2011) nos apresentou um genial esboço sobre a lei geral da acumulação; segundo suas análises, o capital, ao longo da história, vai tentar reduzir o máximo de trabalho vivo e incorporar o trabalho morto na tentativa de se apropriar do excedente do trabalho humano, ou seja, de aumentar a mais-valia. No entanto, a substituição do trabalho humano pelas máquinas ocasiona desemprego; o que, por sua vez, provoca um estoque de mercadorias. Ou seja, as crises se constituem como um entrave entre a acumulação e a expansão.

Mas, o capital, através de suas formas de se reinventar, sempre apresenta respostas para tentar reverter cenários de crise. Historicamente, o capital vem criando condições para generalização de sua lógica de acumulação, fato que se verifica no âmbito das privatizações das políticas sociais, no processo de descentralização, no desmonte dos direitos sociais, na abertura para o capital privado e no enxugamento dos serviços sociais.

Em 1970, quando uma longa onda recessiva de crise do capital ocasionou uma série de mudanças nas formas de governo e de regulação da vida em sociedade, que culminaram no que podemos denominar de contrarreforma do Estado, os efeitos sobre as políticas sociais nesse novo formato do Estado aparecem na redução das políticas de caráter universal, na incessante privatização da gestão dessas políticas e na desregulamentação dos direitos sociais.

O capitalismo, frente a esse contexto, passa a adotar uma política que endossa um novo modelo de produção baseado na flexibilização dos processos de trabalho, caracterizado pelo investimento na financeirização do capital, informatização e redução drástica dos postos de trabalho, ocasionando com isso, expansão do progresso econômico, aumento da pobreza, da desigualdade social, do desemprego e dos baixos salários.

No Brasil, apesar do capitalismo já manifestar sinais de crise na década de 70, diferente dos outros países, as orientações neoliberais só passaram a ganhar solo fértil aqui a partir da abertura democrática iniciada nos anos oitenta. Nesse momento (1980), o país já enfrentava as consequências da crise do endividamento externo. Uma dívida que se inicia nos anos 1970, em plena ditadura militar, sem nenhuma transparência.

Naquela década (1970), houve uma oferta considerável de recursos, resultante, principalmente, do fim da paridade *dólar/ouro* que os Estados Unidos se comprometeram em 1944, quando incentivaram países a fazerem suas trocas internacionais, investimentos e reservas na moeda americana *dólar*, afirmando que esta era equivalente ao *ouro* – que Marx caracterizou como dinheiro universal, podendo ser trocado por qualquer outra mercadoria – No entanto, em 1971, Richard Nixon, Presidente dos EUA, anunciou o fim da paridade, tal fato ocasionou uma queda do padrão dólar, especialmente pela grande emissão de moeda.

Diante desses fatores, os EUA e outros países passaram a oferecer empréstimos com taxas relativamente baixas em um período extenso de carência, entre quatro a cinco anos. Em 1979 quem passa a controlar esses empréstimos são os bancos, a partir de então, as taxas iniciais de juros de 4% ao ano foram elevadas a 20,5%, processo que acabou provocando crise em vários países Latino Americanos em 1982. O Brasil, já endividado, recorre ao FMI. Nossa primeira carta firmada com o fundo monetário foi em 1983, quando a entidade apresentava como critério para as concessões de crédito o corte dos gastos sociais, e incentivo às privatizações, medidas tributárias e primava pela renegociação da dívida brasileira com os bancos privados credores, na perspectiva de que toda a dívida - pública e 70% da privada – fossem assumidas pelo banco central. Atualmente essa dívida já chega a quase 4 trilhões, dívida esta que já deveria ter sido auditada, pois pagamos uma conta que já não é nossa.

Frente à crise que se instaurava no país nos anos 1980, as esperanças parecem ser renovadas nas eleições para presidência, em 1989, quando Lula e Collor de Melo disputaram as eleições. Os dois candidatos apresentavam

projetos antagônicos, embora ambos afirmassem uma forte rejeição ao passado e a classe dominante não tinha representante no momento. As eleições foram para o segundo turno e quem saiu vencedor foi Collor de Mello.

Quando assumiu a presidência, Collor de Melo priorizou no seu plano de governo o controle imediato da inflação, articulado à gestão da dívida, através de medidas de orientação neoliberal. O Plano Collor, ou Plano Brasil Novo, previa o bloqueio de 66% de ativos financeiros disponíveis. Pouco tempo depois, esses recursos foram progressivamente desbloqueados, inclusive com recursos distribuídos para o antigo Conselho Nacional de Serviço Social, atual Lei Orgânica da Assistência Social. Embora o Plano tenha conseguido equilibrar as finanças do país, as reformas administrativas provocaram o aumento do desemprego, restrição de crédito e política salarial, que desaguaram numa recessão generalizada.

Diante desse contexto e do fracasso do Plano Brasil Novo, Collor opta por *reformas estruturais* e inicia um programa de privatizações, além de incentivar a entrada do mercado externo aqui no Brasil. Na verdade, os planos de governo de Collor não deram certo devido aos seguintes fatores que Behring (2003) aponta: a liberalização comercial sem o controle da diversificada economia; o fracasso da reforma administrativa que objetivou reduzir o setor público; o corte de subsídios agrícolas, ocasionando a queda da safra 1990-1991 e as infelizes medidas contra a hiperinflação. Na verdade, Collor não mantinha relações saudáveis na política e evitava os segmentos organizados da sociedade.

No que se refere ao enfrentamento da questão social, Collor optou pelo clientelismo, como ocorreu com as subvenções sociais supracitadas. Além da figura da primeira-dama à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), o presidente também vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e não demonstrou interesse em implementar a Política de Seguridade Social. Tal governo priorizava a abertura comercial e a reestruturação produtiva. Aumentando assim, o desemprego e as insatisfações populares. Esse contexto irá ocasionar a ida dos estudantes para as ruas – “os

caras pintadas”– pelo *impeachment* de Fernando Collor de Melo em 1992. Com o *impeachment*, Itamar Franco (vice de Collor) assume a presidência, naquele momento alguns avanços limitados, como a regulamentação da LOAS, foram registrados. Esse presidente estabelece articulações políticas com o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), próximo candidato à presidência.

O país necessitava, naquele momento, com a mais profunda urgência, de uma estabilização fiscal. Surge então o Plano Real, capitaneado pelo então Ministro da Fazenda, FHC. Os brasileiros já desacreditados e sufocados com uma inflação de 50% no mês de julho de 1994 (BEHRING, 2003) acabaram votando na moeda. Na verdade, não foi FHC que viabilizou o plano, ele foi escolhido, pelo programa de estabilização do FMI e pelas reformas preconizadas pelo Banco mundial, para viabilizar o plano real no Brasil (FIORI, 1994). Apesar de tal plano ter conseguido estabilizar a inflação, houve o agravamento do *déficit* das contas públicas, com juros altíssimos para assegurar a presença de capitais estrangeiros.

A partir dos anos 1990 a ofensiva neoliberal avança no País. Essa conjuntura representa um retrocesso nas conquistas populares dos anos 1980. As políticas de orientação neoliberal, consagradas pelo “Consenso de Washington”, apresentavam como características um conjunto de regras, relativamente padronizadas a serem aplicadas em diferentes países e regiões, na tentativa de obter apoio econômico e político dos países centrais e dos organismos internacionais, o objetivo principal era manter a estabilização aliada a políticas liberalizantes.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) encaminhou um governo fiel ao neoliberalismo, quando colocou a reforma do Estado como central na sua gestão através do *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*, criado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), na gestão de Carlos Besser Pereira.

Essas políticas de liberalização financeira com ênfase na privatização, tem recomendações nos organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que passam a orientar os

Estados na implantação da contrarreforma. Essas medidas objetivam atingir o poder dos sindicatos, tornar possível a ampliação da taxa “natural” do desemprego, defendendo uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre altas taxas de renda, favorecendo a elevação das taxas de juros. (IAMAMOTO, 2007).

A esse respeito, Borón destaca que:

O BM e o FMI passaram a desempenhar um papel protagônico na orientação das Políticas econômicas adotadas por Estados supostamente soberanos: na supervisão da implementação dessas Políticas – sempre previamente “acordadas” com seus *experts*; na certificação da “boa conduta” dos distintos governos, cada vez mais necessária à medida que a bomba de tempo de *Pan Brady* exige mais e mais desembolsos que estes países não estão em condições de enfrentar com fundos genuínos; e, finalmente, na concessão de empréstimos e financiamentos especiais aos diversos governos que necessitam fazer frente a uma conjuntura difícil. (BORÓN, 1995, p. 95)

De tal forma, identificamos que esses organismos passaram a orientar os governos sobre a minimização do Estado com relação aos gastos sociais, incentivando políticas de caráter focalista em ações pontuais da pobreza, dando prioridade ao setor privado. O Banco Mundial ratifica que “muitos países em desenvolvimento que desejam reduzir a magnitude de seu desmensurado setor estatal devem conceder prioridade máxima à privatização”. (BANCO MUNDIAL, 1975, p. 7).

Fica explícito que essas organizações – BM e FMI – propõem, para o crescimento econômico, o controle dos gastos públicos e a geração de *superávits primários* nos países chamados periféricos, para saldar os juros da dívida pública. Foram essas políticas macroeconômicas que deram sustentação ao Plano Real e defenderam, em 1994, a criação de um “Fundo Social de Emergência” (FSE), que acabou sendo instituído através de Emenda Constitucional. Através desse fundo permitiu-se a desvinculação de 20% dos recursos destinados às Políticas que compõem o Sistema de Seguridade Social. O FSE foi substituído pelo Fundo de Estabilização Fiscal que, posteriormente, criou a Desvinculação de Recursos da União (DRU), constituindo o que Boschetti e Salvador (2006) denominaram de “perversa

alquimia” que transforma orçamentos fiscais para composição do superávit primário e, por consequência, suga recursos sociais para pagamento e amortização dos juros da dívida pública.

No plano mundial a crise financeira e do comércio internacional e a inflação, associada ao insuficiente crescimento econômico, provocaram “em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico desde os anos 1970” (HARVEY, 2008, p. 12). Há, portanto, no cerne da teoria do Estado neoliberal, tensões e contradições. O desmonte dos direitos sociais, o enfraquecimento do Estado, o corte nos gastos públicos e o processo de privatização, engendrados pelo neoliberalismo, provocam um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais.

Tavares assevera que:

A substituição do gasto público social, como base de uma Seguridade Social universal, por formas de financiamento baseadas em fundos especiais com recursos externos, que mantêm de forma precária programas sociais focalizados e emergenciais, tem provocado na América Latina o agravamento da exclusão de vastos setores sociais que não têm como pagar pelos serviços básicos. No Peru, por exemplo, em torno de 70% da população carente não tem acesso ao serviço público de saúde, que hoje faz uma “cobrança seletiva”. O frágil direito de cidadania que vinha sendo construído a duras penas em muitos países latino-americanos foi substituído por “atestados de pobreza” que permitem o acesso a precários e mal financiados serviços públicos (SOARES, 2001. p.72).

Na conjuntura da ofensiva neoliberal, não visualizamos uma cultura do direito e da cidadania. Muitos dos avanços consagrados pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) reduziram-se à formalidade, pois frente a esse período de abertura democrática, uma onda larga recessiva do capital desenvolveu um processo de desproteção social, desregulamentação, flexibilização, minimização do Estado e privatização. O apelo ao mercado e a opção por políticas sociais compensatórias têm representado para as massas da classe trabalhadora um duro golpe, pois passam a ser amplamente desassistidas pelo poder público. A saúde, a educação e o trabalho perdem sua condição de direito e passam a se configurar como um grande mecanismo

de lucro para o capital à medida que são amplamente ofertados pelo mercado. (SOARES, 2001).

De acordo com as análises de Harvey, “(...) se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema”. (HARVEY, 2004, p. 124)

Esse conjunto de contrarreformas não foram suspensas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sucessor de FHC. Embora esse governo tenha promovido mudanças no plano social, através de políticas e programas de caráter compensatório, ele não rompeu com as agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o banco mundial; com o agronegócio; não extinguiu a DRU do orçamento fiscal; e deu prosseguimento a todos os mecanismos que retiram direitos da classe trabalhadora.

Medidas antissociais foram implementadas sob a justificativa da necessidade de reverter o contexto de crise. Os beneficiários do Regime Geral da Previdência sofreram veto ao reajuste igualitário de seus benefícios. No serviço público, vislumbramos o congelamento dos salários dos trabalhadores (mesmo em cenários de greves), no setor privado, destaca-se o aumento do desemprego e redução salarial. Outros ataques, como a terceirização e o aumento da idade para aposentadoria, já estavam previstos na “agenda brasil” de Renan Calheiros em 2015. (FATORELLI, 2015)

III. O processo de contrarreforma do Estado sobre o Serviço Público Federal

Dilma Rousseff, presidenta da República, no entanto, cumpriu de forma muito lenta a agenda do capital, e por isto foi afastada, através de um grande golpe parlamentar, sendo substituída pelo então vice-presidente, Michel Temer, em 2016. O cenário que se coloca, a partir desse momento, é o mesmo já sinalizado anteriormente, quando dialogamos sobre as crises capitalistas: uma

maior acolhida aos interesses da burguesia e a intensificação da retirada de direitos da classe trabalhadora.

Michel Temer alavanca as contrarreformas sob um claro compromisso de proteção à propriedade privada e redução dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo foi alterada a Constituição Federal/88, através de Emenda Constitucional, onde os investimentos com Saúde e Educação foram congelados por 20 anos (EC-95): Os gastos federais, com exceção do pagamento de juros sobre a dívida pública, ficam limitados a um teto definido pelo que foi gasto no ano anterior, reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com simulação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o congelamento das despesas com saúde e educação, estas passarão de 4% do PIB em 2015 para 2,7% do PIB em 20 anos, quando a expectativa da população brasileira será 10% maior.

Segundo dados da Auditoria Cidadã da dívida pública, a prioridade dada ao orçamento federal em 2017 continuou sendo o pagamento e amortização dos juros da dívida, comprometendo 39,7% dos recursos, enquanto para a Educação foi destinado apenas 4,1% e 4,14% para a saúde, sobre esse ínfimo percentual, ainda há retiradas a partir da DRU, peça orçamentária que prevê a retirada de 30% do orçamento da Seguridade Social, que também serve para o pagamento e amortização da dívida, para se ter ideia, entre 2005 e 2010, os desvios da receita de contribuições sociais por meio da DRU foram na ordem de R\$ 228.7 bilhões.

política de cortes de verbas atual, o reordenamento proposto pelo Governo do MDB inviabiliza a manutenção pública dos IF pelo estrangulamento orçamentário.

Quem realiza a prospecção do estudo é a empresa Falconi, que já tem espaço no mercado nacional e internacional, atuando no gerenciamento das organizações e no cumprimento de metas do mercado. Dentre os seus parceiros, está o instituto Unibanco, seus projetos junto a governos estaduais foi realizado em São Paulo, estado que atuou no fechamento de escolas públicas e de Góias, dos projetos de militarização das escolas. Tal fato nos permite afirmar que interesses ideológicos e mercadológicos, além de privatistas, orientaram o estudo do reordenamento. A proposta de reestruturação acontecerá mediante alteração da lei 11.892/08 que cria os Institutos Federais, segundo informações do MEC em reunião no dia 09 de abril de 2018.

Nossa avaliação é que a proposta de “reorganização” oculta a pior face dos ataques à Rede Federal, o qual abrirá espaço para as “parcerias público-privada”, e a aproximação da rede ao sistema S.

De forma imediata, somente com a implantação dessa medida já teremos a potencialização da redução ainda maior de verbas para os IFs, considerando os cálculos feitos para o orçamento da educação na rede. Com a sequência de corte de verbas e projetos que retiram trabalhadores da rede, como o Plano de Demissão Voluntária (PDV) e decreto 9262/2018, o termo reestruturação só pode ser visto como mais um ataque direto que enfrentaremos.

A reestruturação, em nosso contexto de corte de verbas implica fechamento de campus e desligamento de pessoal. Já se mostra como algo concreto para os trabalhadores terceirizados, agora se apresenta como algo iminente para os trabalhadores concursados que estão no estágio probatório (e tem possibilidade legal para desligamento), os técnicos administrativos (que já são alvos do Ministério do Planejamento, atacados pela proposta de redução dos níveis de progressão do Plano de carreira) e docentes das disciplinas que estão ameaçadas com a reforma do ensino médio.

Esse conjunto de medidas, aliadas a tantos outros ataques, tem causado efeitos perversos sobre a população. Aumenta o desemprego, a fome, a precarização. Fragilizam-se ainda mais os vínculos trabalhistas, e as condições de trabalho tornam-se cada vez mais degradantes.

As medidas também se voltaram contra os/as trabalhadores/as do funcionalismo público através: do Decreto 9.262/2017, referente à extinção de cargos e novas contratações de servidores públicos; o recente acórdão do TCU que busca suspender o decreto que regulamenta a flexibilização do trabalho para 30 horas semanais; os diferentes ataques ao direito de greve; o incentivo ao Plano de Demissão Voluntária; a Reforma do Ensino Médio; o Projeto escola “sem partido”; a drástica redução orçamentária para os Institutos Federais – A rede Federal de Educação, por exemplo, contará em 2018 com uma redução de quase 50% de seu orçamento conforme já apresentado pela Matriz do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Aliado a essas medidas, crescem as práticas de assédio e adoecimento nos espaços de trabalho.

Em fevereiro deste ano, no dia de retornar ao trabalho, no IFC, *campus* Videira, Bruno Menezes de Oliveira, pós doutor em bioquímica, se jogou do prédio onde morava, sua última frase foi: “não aguento mais”. Em 29 de junho de 2017, Francineide Fernandes de Lucena, assistente social do quadro efetivo do IFPB, também não suportou o peso dessa sociabilidade.

O processo de adoecimento no trabalho tem relação direta com as intensificações das jornadas, com as práticas de assédio, com as precárias condições de trabalho e a corrosão salarial. Além disso, é necessário pensar sobre os sentidos da vida fora do trabalho. O tempo sem a venda da força de trabalho torna-se cada vez mais encolhido, e esse “pseudo” tempo “livre”, é suficiente apenas para garantir a reposição de nossa capacidade de produção: ir ao supermercado, realizar atividades domésticas, ir ao médico, repousar/dormir. Dificilmente nesse tempo fora do trabalho satisfazemos nossas necessidades afetivas e individuais. (FONTES, 2017)

A sociedade capitalista repousa sobre a produção incessante de necessidades, a partir da necessidade central do capital — a

13

valorização do valor. Tais necessidades — quer emanem do estômago ou da fantasia — estão recobertas pela forma de coisas disponíveis como mercadorias. Desse ponto de vista, a sociedade capitalista atua suprimindo a liberdade e aprofundando o terreno da necessidade. A liberdade é o uso do tempo para além da necessidade, quando as necessidades fundamentais estão supridas. Um tempo livre pode ser o tempo da criação, da cultura, da arte, dos afetos. Na sociedade capitalista, o tempo é devorado para a maioria dos seres sociais. Devem ter a cada dia renovada a necessidade fundamental de assegurar sua subsistência, quer seja através de um emprego, quer seja através da venda da sua força de trabalho sob quaisquer condições. O tempo deixa de ser o compasso da vida para tornar-se a medida social da produção do valor (“tempo é dinheiro”); quanto mais tempo e mais trabalhadores disponíveis, maior a possibilidade da extração de valor e, por conseguinte, de valorização do valor. (FONTES, 2017, p. 410).

Esses fatores presentes no mundo do trabalho são aprofundados em contextos de crise, e não por acaso a realidade dos adoecimentos físicos e psíquicos se intensificam nesse momento.

Nossas análises sobre a conjuntura brasileira apontam que as eleições em 2018 não irão reverter esse contexto de ataques sobre a classe trabalhadora, é certo que eles poderão ser ainda mais fortes e reacionários, no entanto, mudanças - no ponto de vista de melhoria das condições da classe trabalhadoras - não serão realizadas após essas eleições. Reverter o quadro de ataques só será possível com muita luta, organização - com base numa construção unitária - e resistência daqueles que sofrem, cotidianamente, os reflexos do modo de ser e operar do capitalismo.

IV. CONCLUSÃO

As razões que nos levaram a pesquisar sobre os reflexos das contrarreformas no serviço público federal remontam às inquietações surgidas desde a inserção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco (IFPE), e na militância sindical da categoria (SINASEFE), em 2015. Esse estudo procurou responder a algumas indagações, quais sejam: Qual o contexto político, econômico e social que possibilitou a retirada de uma série de direitos da classe trabalhadora? Quais os impactos desses ataques para o Serviço Público Federal? Quais os caminhos que devemos trilhar diante

desse contexto? Quais as estratégias de luta que devemos travar contra a retirada dos nossos direitos?

A partir desses questionamentos traçamos alguns encaminhamentos para enfrentarmos esses ataques que foram pontuados ao longo desse trabalho:

1. Prosseguir na defesa do Serviço Público, com destaque para a revogação da EC nº 95;
2. Rejeitar a permanência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre o Orçamento da Seguridade Social;
3. Revogação da Reforma do Ensino Médio;
4. Suspensão imediata do pagamento da dívida, e auditoria cidadã já!
5. Intensificar a campanha salarial rumo à construção/realização de uma greve unificada do serviço público federal;
6. Fortalecer ou criar fóruns/ comitês em defesa do serviço público, nos âmbitos estaduais, municipais e no DF;
7. Fortalecer as ações de formação política nas nossas seções sindicais;
8. Fomentar ações de combate a todos os tipos de assédio na Rede Federal de Educação.

V. REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Salud: documento de política sectorial*. Washington D. C., 1975

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTIL, Pablo. (org). *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. (p. 63 a 139)

BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica, perversa alquimia. *Revista de Serviço Social e Sociedade*. Ano XXVI. N. 87. p. 26-55, 2006.

FATORELLI, Maria Lúcia. O ajuste fiscal alimenta o corrupto sistema da dívida. Blog Marxismo21 - Dossiê ajuste fiscal. Outubro, 2015.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. Edição Nacional. Folha de São Paulo, 03 de julho de 1994

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 11ª ed. Cortez editora, 2007.

SOARES, Laura Tavares. *Ajuste Neoliberal e desajuste social na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.